

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DE MODO A IDENTIFICAR AS ALTERAÇÕES NA EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM FUNÇÃO DA LEI Nº 11.638/07

ANALYSIS OF FINANCIAL REPORTING TO IDENTIFY THE ALTERATIONS IN THE EVIDENCE OF A INTANGIBLE ASSETS BECAUSE OF LAW 11.638/07

DEISY CRISTINA CORRÊA IGARASHI
FRANCIELI CAMILA TOGNON
WAGNER IGARASHI

DEISY CRISTINA CORRÊA IGARASHI

DOUTORA EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). PROFESSORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). (deisyigarashi@gmail.com).

FRANCIELI CAMILA TOGNON

BACHARELA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). (francieli_camila@yahoo.com.br).

WAGNER IGARASHI

DOUTOR EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). (wigarsh@gmail.com).

Resumo:

Com a internacionalização das normas contábeis, no Brasil foi publicada a Lei nº 11.638/07, a qual criou o grupo intangível no ativo do balanço patrimonial. Este estudo tem por objetivo analisar as alterações em termos da evidenciação dos ativos intangíveis, nos demonstrativos contábeis das dez empresas com maior capital social divulgadas pela BM&FBOVESPA no ano de 2010, em comparação com os elementos evidenciados anterior a Lei nº 11.638/07. No estudo foram utilizados alguns procedimentos metodológicos como a análise de conteúdo realizada nos demonstrativos financeiros: Balanço Patrimonial, Notas Explicativas e Relatório da Administração. Como resultado, observou-se que: (a) as empresas "A" e "I" possuem a maior variedade de intangíveis evidenciados nos demonstrativos; (b) os tipos de intangíveis mais evidenciados no período foram "Franquias e licenças", "Software" e "Ágio por expectativa de rentabilidade futura"; e (c) "Marcas" foi o intangível mais evidenciado implicitamente nos relatórios de administração das entidades em estudo.

Palavras-chave: Demonstrativos financeiros. Ativos intangíveis. Lei nº 11.638/07.

Abstract: *With the internationalization of accounting standards, in Brazil was promulgated the law nº 11. 638/07 that created the intangible group in asset of balance sheet. This study has for objective to analyze alterations in evidencing form of intangible assets, based on financial statements of 10 companies with greater social capital disclosed by BM&FBOVESPA in 2010, in comparison to evidenced elements before law 11.638/07. For development of study some methodological procedures were used, standing out the content analysis, which was accomplished in financial demonstratives: Balance Sheet, Notes to the Financial Statements and Management Report. As result was observed: (a) the "A" and "I" companies have the largest variety of intangible evidenced in demonstratives; (b) the intangible types more evidenced in period were "Franchise and licenses", "Software" and "Agio for expectation about future profitability"; and (c) "Marks" were the intangible more evidenced implicitly in administration reports of entities in study.*

Keywords: Financial reporting. Intangible assets. Law 11.638/07.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 6.404/76, no ativo imobilizado se classificavam os bens tangíveis e bens intangíveis. Os bens intangíveis, conforme a Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008), são bens em que o valor não está em qualquer propriedade física, mas nos direitos de propriedade legalmente conferidos aos seus proprietários, como patentes, direitos autorais, marcas, entre outros. Contudo, a Lei nº 6.404/76 não definiu nenhum grupo para tratar, especificamente, do ativo intangível, até porque o termo passou a ter maior relevância com as fusões e incorporações que começaram a ocorrer na Europa e nos Estados Unidos (MARION, 2001).

Para atender a necessidade de mensuração do ativo intangível junto às empresas no âmbito internacional, Schmidt, Santos e Fernandes (2006) observam que as Normas Internacionais passaram discutir critérios de reconhecimento de ativos intangíveis por meio do International Accounting Standards número 38 (IAS, 38), emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). O Brasil procurou se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade, mas até o terceiro trimestre de 2007 não havia na legislação um item que tratasse especificamente sobre o tema, sendo os intangíveis, nesse período, classificados no diferido, conforme o inciso V, do artigo 179, da Lei nº 6.404/76. Apenas com a Lei nº 11.638/07, a qual alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, passou a existir um grupo de contas no ativo permanente denominado Intangível (SILVA, 2008).

Assim a contabilidade passa a ter o desafio de mensurar os ativos intangíveis no balanço. A partir do exposto, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: quais elementos do agrupamento ativos intangíveis foram evidenciados pelas empresas de maior capital social divulgadas pela BM&FBOVESPA, em comparação com os elementos evidenciados anterior a Lei nº 11.638/07?. A partir desse questionamento, este estudo busca atender ao seguinte objetivo: analisar as alterações em termos da evidenciação dos ativos intangíveis, nos demonstrativos financeiros das dez empresas com maior capital social listadas na BM&FBOVESPA (2010), em comparação com elementos evidenciados antes da Lei nº 11.638/07.

2 ATIVO INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis, como afirmam Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 23), “[...] são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria”. Adicionalmente, Sá (2009, p. 292) observa que “[...] a qualidade de ausência de representação física de um componente do patrimônio face à função por este exequível. Trata-se de uma disparidade entre a forma física, aparente ou processual de uma coisa e a essência funcional que dela dimana na produção de fenômenos patrimoniais”. Sá (2009) ainda explica que esse conceito é tradicional e foi utilizado por expressivos intelectuais da Contabilidade do século XX.

Marion (2006, p. 209) considera que os ativos intangíveis “[...] são os ativos que não têm substância física e que, sem serem abstratos, não podem ser tocados, palpados, mas podem ser comprovados”. Silva (2008, p. 111) define intangível como “[...] parte do ativo permanente e compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Adicionalmente, Cunha (2006) e Cunha e Silva (2009) caracterizam ativo intangível como parte do ativo permanente, que corresponde aos bens que não possuem materialidade ou existência física e estejam destinados à manutenção das atividades da entidade. Ferreira (2009), ao fazer menção aos ativos intangíveis, resgata o CPC 04, o qual considera que um intangível pode ser registrado desde que seja possível identificá-lo, controlá-lo e que o mesmo seja gerador de benefícios econômicos futuros. Neste estudo são abordados os ativos intangíveis a partir das concepções de Cunha (2006), Cunha e Silva (2009) e Ferreira (2009).

Dessa forma, sendo os bens intangíveis registrados no ativo das entidades, a Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 16) citam como típicos exemplos de ativos incorpóreos “[...] as marcas, as patentes, os direitos autorais, os direitos de concessão, o fundo de comércio, os gastos com pesquisa e desenvolvimento”. Para Marion (2006) e Kaio et al. (2007), os exemplos principais de bens intangíveis são o fundo de comércio (goodwill) e outros intangíveis, como ponto comercial, direitos autorais, isenções ou licenças de exploração, patentes relativas a invenções e também a marca de indústria e comércio. Complementando, de acordo

Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) apresenta-se o Quadro 1, classificando os principais tipos de ativos intangíveis e suas principais características.

Tipo de ativo intangível	Característica
<i>Goodwill</i>	“Representa um agregado de benefícios econômicos futuros, um conjunto de intangíveis não-identificáveis no processo de aquisição, para os quais objetivamente não é possível proceder-se a uma contabilização em separado”. (RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010, p. 65).
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	“Valor superior ao valor patrimonial de uma ação, pago em operações de aquisição de controle acionário ou de participações acionárias no capital de uma companhia”. (RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010, p. 65).
<i>Software</i>	Sistemas lógicos que processam dados de acordo com instruções programadas. (RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010, p. 65).
Gastos de implantação e pré-operacional	São os gastos “[...] provenientes de novos empreendimentos em uma entidade existente, ou que urgem em sua constituição, ambos incorridos antes do início de suas operações, visando atender basicamente ao princípio da confrontação das despesas e evitar a distorção do lucro dos primeiros anos”.(SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 17-18).
Marcas e nomes de produtos	“Marca ou nome de produto é a palavra, frase ou símbolo que distingue ou identifica uma entidade ou produto particular. [...] São ativos que representam direitos específicos conferidos a alguém, de modo geral por um prazo determinado e renovável periodicamente, surgem em decorrência dos valores gastos com propaganda e incluem, além do nome comercial, símbolos, desenho e logotipos que são usados pela companhia”.(SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 19-20).
Pesquisa e desenvolvimento	“[...] são gastos realizados para gerar novos produtos, aperfeiçoar produtos antigos ou reduzir custos operacionais com o objetivo de benefícios futuros”. (SCHMIDT; SANTOS, p. 24).
Patentes	“[...] são títulos de propriedade temporária sobre determinada invenção, modelo de utilidade ou desenho industrial, outorgados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) aos investidores ou autores ou a outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre criação, que objetivam promover o desenvolvimento tecnológico e implementar o setor industrial de determinado país, por meio da proteção do invento”. (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 29).
Direitos autorais	“[...] é o conjunto de prerrogativas conferidas pela Lei nº 9.610/98 à pessoa física ou jurídica criadora da obra intelectual, para que ela possa gozar dos benefícios morais e intelectuais resultantes da exploração de suas criações. Os direitos autorais podem ser: morais (pessoais) e patrimoniais (econômicos)”. (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 35).
Franquias e licenças	“Um contrato de franquia ou uma licença (concessão) dá ao seu titular o direito de explorar esse ativo intangível durante um prazo previamente contratado”. (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 36).

Quadro 1 - Principais tipos de ativos intangíveis

Fonte: Adaptado de Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010).

Os exemplos citados pelos autores, no Quadro 1, são de bens intangíveis que não possuem corpo físico para mensuração, mas que quando registrados nas demonstrações financeiras das entidades agregam mais valor ao capital total, representando a situação patrimonial mais próxima da realidade do mercado ou cenário que a mesma se encontra. Os tipos de intangíveis apresentados no Quadro 1 são utilizados como indicativos para a realização das análises dos demonstrativos financeiros das dez empresas em estudo na seção 4.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta caráter descritivo, pois busca conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir de modo direto (CHURCHILL JUNIOR, 1987). Isso porque o estudo realiza a análise das alterações em termos da evidenciação dos

ativos intangíveis, nos demonstrativos contábeis pelas dez empresas com maior capital social listadas na BM&FBOVESPA, em comparação com elementos evidenciados anterior a Lei nº 11.638/07.

Nesta análise, buscou-se observar quais as discrepâncias e as similaridades entre os relatórios apresentados, pelas empresas a cada período. Para a seleção das empresas foi utilizado o endereço eletrônico da BM&FBOVESPA, a partir do qual foi possível ter acesso as demonstrações financeiras, no Quadro 2, relativas aos exercícios sociais de 2007, 2008 e 2009.

Ref.	Denominação social	Capital social (em 08/03/10)	Ramo de atividade (subsetor)
A	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás	R\$ 78.966.690.660,00	Petróleo, gás e biocombustível
B	Banco Santander (Brasil) S.A	R\$ 62.806.071.402,28	Intermediários financeiros
C	Vale S.A	R\$ 47.434.193.128,68	Mineração
D	Itaú Unibanco Holding S.A	R\$ 45.000.000.000,00	Intermediários financeiros
E	Banco Bradesco S.A	R\$ 26.500.000.000,00	Intermediários financeiros
F	Centrais Elet. Brás. S.A - Eletrobrás	R\$ 26.156.567.211,64	Energia elétrica
G	BNDES Participações S.A	R\$ 18.704.355.611,92	Serviços financeiros diversos
H	Banco do Brasil S.A	R\$ 18.548.610.944,89	Intermediários financeiros
I	JBS S.A	R\$ 16.483.544.165,08	Alimentos processados
J	Gerdau S.A	R\$ 14.200.000.000,00	Siderurgia e metalurgia

Quadro 2 - As dez maiores empresas listadas na BM&FBOVESPA

Fonte: BM&FBOVESPA (2010).

Entre os relatórios das empresas, este estudo utiliza como fonte de informação o Balanço Patrimonial, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração. Os relatórios publicados em 2007 são analisados com a finalidade de identificar a evidenciação dos elementos dos ativos intangíveis anterior à vigência da Lei nº 11.638/07, a qual criou o subgrupo do ativo intangível. Os relatórios referentes aos anos de 2008 e 2009 foram analisados a fim de identificar as alterações ocorridas na evidenciação dos elementos de ativos intangíveis considerando as determinações da Lei nº 11.638/07, em relação aos relatórios de 2007.

Além do caráter descritivo, a pesquisa apresenta caráter transversal, uma vez que as informações dos relatórios foram coletadas apenas uma vez no tempo (PERIN et al., 2000).

A pesquisa também é considerada do tipo exploratória. Esse tipo de pesquisa busca “[...] levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123). Como o estudo se limita a analisar os relatórios das dez empresas com maior capital social da BM&FBOVESPA, a fim de observar se existem alterações em termos da evidenciação dos ativos intangíveis, nos demonstrativos, em comparação com elementos evidenciados anterior a Lei nº 11.638/07. Cabe ressaltar que, caso a percepção analisada se confirme, há a possibilidade de ampliar as bases da pesquisa, a fim de se obter conclusões mais robustas sobre o tema.

Em relação às técnicas de pesquisa, o estudo é segmentado em dois momentos: no primeiro, realiza-se uma

pesquisa bibliográfica (teórica) em livros e artigos, com o propósito de conhecer os conceitos relativos ao tema em estudo; no segundo, apresenta-se o enfoque empírico.

No que se refere às técnicas de pesquisa aplicadas, destaca-se que, ao realizar a análise dos relatórios descritos, este estudo utiliza a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2002, p. 38), este tipo de análise é aplicada a “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. Vergara (2005) considera que essa é uma técnica aplicada no tratamento de dados e visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Bardin (2002) complementa que a técnica visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Como na análise de conteúdo existe a possibilidade de se analisar elementos qualitativos ou não, optou-se neste estudo por aplicar a análise segundo a ótica qualitativa.

Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a pesquisa qualitativa é aquela que não utiliza números, mas interpreta a realidade social. Vieira e Zouain (2006, p. 18) complementam que “[...] a pesquisa qualitativa geralmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis”. Nesse sentido, é aplicada a pesquisa qualitativa ao se analisar os relatórios das empresas objeto de estudo. A partir dessa

análise, busca-se realizar um comparativo entre a evidenciação dos elementos do ativo intangível anteriores à vigência da Lei nº 11.638/07, com a evidenciação posterior a vigência da Lei, bem como são identificados os elementos de ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos financeiros objeto de estudo e dos exercícios sociais citados. Para tabular as informações apresentadas nos relatórios foram utilizadas planilhas eletrônicas.

Observados os aspectos metodológicos que delineiam a pesquisa, a próxima seção apresenta os resultados obtidos com a análise dos relatórios, vinculados às empresas objeto de estudo.

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção apresenta inicialmente o resultado da análise conjunta dos elementos pesquisados. Em seguida, apresenta os tipos de intangíveis identificados nos demonstrativos financeiros das empresas, bem como a correlação do estudo aplicado (prático) com os elementos teóricos informados pela seção 2.

4.1 ANÁLISE CONJUNTA DOS ELEMENTOS

Por meio da análise dos balanços patrimoniais das empresas foi identificado o montante financeiro de ativos intangíveis registrados e evidenciados nos exercícios sociais de 2007, 2008 e 2009, conforme o Quadro 3.

Empresa	Intangível em 31/12/07 (R\$)	Intangível em 31/12/08 (R\$)	Var.% 2007 p/ 2008	Intangível em 31/12/09 (R\$)	Var.% 2007 p/ 2009	Intangível médio dos períodos
A	3.074.677,00	3.781.716,00	+ 22,9	3.746.889,00	+ 21,86	3.534.427,33
B	1.791.235,00	27.689.277,00	+1445,8	25.072.493,00	+1299,7	18.184.335,00
C	12.143.306,00	8.400.283,00	- 30,8	7.852.263,00	- 35,34	9.465.284,00
D	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00
E	535.195,00	1.366.569,00	+ 155,3	1.802.512,00	+ 236,8	1.234.758,67
F	55.558,00	53.706,00	- 3,33	51.855,00	- 6,77	53.706,33
G	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00
H	0,00	4.042.847,00	100	7.607.239,00	100	3.883.362,00
I	9.615,00	959.230,00	+ 9876	11.422.348,00	+118697	4.130.397,67
J	356.617,00	535.621,00	+ 50,1	546.138,00	+ 53,14	479.458,67

Quadro 3 - Evidenciação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários.

Os saldos do subgrupo intangível em 31/12/07, apresentados no Quadro 3, resultam de reclassificações realizadas pelas empresas com o propósito de facilitar a comparabilidade das demonstrações financeiras. Esses valores, no exercício de 2007, estavam classificados no ativo imobilizado, no ativo diferido, entre outros.

Dentre as dez empresas analisadas, apenas a empresa “B” evidenciou no balanço patrimonial de que tipo de intangível se trata o saldo do subgrupo, sendo este subdivido em “Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas” e “Outros Ativos Intangíveis”. As demais empresas apresentaram apenas o subgrupo intangível sem outras segregações.

Ao analisar o Quadro 3, verifica-se que as empresas “D” e “G” não possuem ativos intangíveis classificados e evidenciados no balanço patrimonial. Na análise as colunas de “Var. %”, as empresas “C” e “F” apresentam uma redução de um ano para outro no saldo do subgrupo intangível, isso pode ser decorrente da amortização desses ativos, uma vez que as empresas não adquiriram novos intangíveis nos períodos apresentados. As empresas “A” e “B” apresentaram um aumento no saldo do intangível de 2007 para 2008. Isso demonstra que essas empresas realizaram aquisições de ativos intangíveis no período. No entanto, de 2008 para 2009 houve um decréscimo dos valores apresentados, o que pode significar que nesse período não ocorreram aquisições de novos ativos intangíveis, sendo contabilizado nesse subgrupo somente o saldo da amortização das empresas “A” e “B”.

As empresas “E”, “H”, “I” e “J” apresentam outro contexto, em que o subgrupo intangível cresceu em valor nas relações dos anos de 2007 para 2008 e de 2008 para 2009, representando a aquisição de novos ativos intangíveis em todos os períodos analisados.

As empresas que apresentaram as maiores variações positivas na evidenciação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial, de acordo com a análise do Quadro 3, foram: a “I”, com um aumento de 9,87% em 2008 em relação a 2007, e 118,70% em 2009 em relação a 2007; a “B”, com um aumento de 1.445,80% em 2008 em relação a 2007, e 1.299,70% em 2009 em relação a 2007; e a “E”, com um aumento de 155,30% em 2008 em relação a 2007, e 236,80% em 2009 em relação a 2007.

A empresa que apresentou uma média de ativos intangíveis registrados de modo mais relevante foi a empresa “B”, com a média entre os períodos analisados de R\$ 18.184.335,00 em ativos intangíveis registrados e evidenciados no balanço patrimonial.

Dentre as dez empresas, destaca-se a empresa “I”, a qual apresentou uma evolução significativa no saldo do subgrupo intangível nos períodos apresentados. Ao passo que a empresa “C” apresentou o maior percentual de redução do subgrupo intangível no balanço patrimonial, com -30,80% em 2008 em relação a 2007, e -35,34% em

2009 em relação a 2007. Ainda assim, o valor médio do saldo de intangível registrado e evidenciado entre os anos apresentados da empresa “C” permaneceu entre os saldos médios de intangíveis mais relevantes segundo a análise.

4.2.1 Tipos de intangíveis identificados nos demonstrativos financeiros das empresas

Com as análises nas notas explicativas e dados específicos de ativos intangíveis apresentados nos relatórios da administração das empresas em estudo, foi possível identificar os tipos de ativos intangíveis que as entidades possuem registrados e evidenciados, como apresentado no Quadro 4. Como base para elaboração da coluna “Ativos Intangíveis” do Quadro 4 são utilizados os principais tipos de ativos intangíveis de acordo com os autores Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) apresentados no Quadro 1.

Ativos intangíveis		Empresas analisadas									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Goodwill	2007									X	
	2008									X	
	2009									X	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	2007		X	X		X				X	X
	2008	X	X	X		X				X	X
	2009	X	X	X						X	X
Softwares	2007	X	X		X	X	X				
	2008	X	X		X	X	X		X		
	2009	X	X		X	X	X		X	X	
Gastos de implantação e pré-operacional	2007										
	2008										
	2009										
Marcas e nomes de produtos	2007	X				X					
	2008	X				X				X	
	2009	X				X				X	
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	2007	X									
	2008	X									
	2009	X									
Patentes	2007	X									
	2008	X								X	
	2009	X								X	
Direitos autorais	2007										
	2008										
	2009										
Franquias e licenças	2007	X			X		X				
	2008	X	X	X	X	X	X		X	X	
	2009	X	X	X	X	X	X		X	X	

Quadro 4 - Ativos intangíveis identificados nos demonstrativos financeiros

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários.

Além dos ativos intangíveis apresentados no Quadro 4, a empresa “D” informou em suas notas explicativas que compõem, no seu subgrupo intangível, a conta “Aquisição da carteira de clientes”, em 2007, 2008 e 2009. A empresa “E” informou nas notas explicativas que subgrupo intangível é composto pela “Aquisição da carteira de clientes”, em 2008 e 2009. A empresa “I” informou que possui o ativo intangível “Aquisição da carteira de clientes” apenas em 2008. Algumas empresas apresentam ainda a conta “Outros”, sem haver a descrição quanto aos tipos de intangíveis que a compõem.

A empresa “D” apresentou saldo zero no subgrupo intangível e informou em suas notas explicativas que efetuou a reclassificação dos intangíveis após o encerramento contábil de 2007 e 2008, informando que o saldo do intangível para esses anos era de R\$ 2.820.024,00 e R\$ 4.132.966,00, respectivamente. Nas notas explicativas, a empresa informou que em 31/12/09, ela possuía um saldo de intangíveis no valor de R\$ 3.748.220,00. A empresa “G” apresentou saldo zero no subgrupo intangível nos três “exercícios analisados, e informou nas notas explicativas referente a 2009 que os “Ágios apurados na aquisição de investimentos decorrentes de expectativa de resultados futuros” são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Ao analisar o Quadro 4, observa-se que em 2007 havia uma menor quantidade de ativos intangíveis evidenciados pelas empresas em comparação com a evidenciação dos anos de 2008 e 2009. Esse fato se deve ao destaque atribuído aos intangíveis: “Franquias e Licenças”, “Software” e “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”, onde: os intangíveis “Franquias e Licenças”, em 2007, foram evidenciados por três empresas (“A”, “D” e “F”), e em 2008 e 2009 foram evidenciados por oito empresas (“A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “H”, e “I”); os “Softwares”, em 2007, foram evidenciados por cinco empresas (“A”, “B”, “D”, “E” e “F”), em 2008 foram evidenciados por seis empresas (“A”, “B”, “D”, “E”, “F” e “H”), e em 2009 por sete empresas (“A”, “B”, “D”, “E”, “F”, “H” e “I”); e os “Ágios por expectativa de rentabilidade futura” foram evidenciados em 2007 por cinco empresas (“B”, “C”, “E”, “I” e “J”), e por seis empresas em 2008 e 2009 (“A”, “B”, “C”, “E”, “I” e “J”, e “A”, “B”, “C”, “G”, “I” e “J”, respectivamente).

Os intangíveis “Goodwill”, “Marcas e nomes de produtos”, “Pesquisa e desenvolvimento (P&D)” e “Patentes” foram evidenciados por um menor número de empresas e não sofreram muita variação nos anos em análise. “Goodwill” e “Pesquisa e desenvolvimento (P&D)” foram evidenciados por uma empresa cada (“I” e “A”, respectivamente) e nos três anos apresentados; “Marcas e nomes de produtos” foram evidenciados por duas empresas em 2007 (“A” e “E”), e por três empresas em 2008 e 2009 (“A”, “E” e “I”); o item “Patentes” foi evidenciado por uma empresa em 2007 (“A”) e por duas empresas em 2008 e 2009 (“A” e “I”). Os intangíveis “Gastos de

implantação e pré-operacional” e “Direitos autorais” não foram identificados nas evidenciações de nenhuma das empresas em estudo.

Em relação à quantidade de ativos intangíveis evidenciados nos seus demonstrativos financeiros, conforme Quadro 4, percebe-se que as empresas “A” e “I” possuem uma maior variedade de ativos intangíveis, com seis tipos de intangíveis. Na empresa “E”, por sua vez, foi identificado quatro tipos de intangíveis; e na empresa “B” identificaram-se três tipos de intangíveis. Nas empresas “C”, “D”, “F” e “H” foram identificados dois tipos de intangíveis e nas empresas “G” e “J” foi identificado um tipo de intangível.

Com o exposto, percebe-se que os ativos intangíveis mais evidenciados nos demonstrativos financeiros das empresas – como as “Franquias e licenças”, “Software” e “Ágio por expectativa de rentabilidade futura” – são os intangíveis que possuem maior facilidade de serem identificados separadamente e que mais facilmente atendem aos critérios estabelecidos para se efetuar o registro contábil. Sendo que esses intangíveis, também, foram os que mais evoluíram em termos de evidenciação em 2008 e 2009 em relação a 2007. E ainda, que as empresas em estudo possuem mais intangíveis e que não se encontram evidenciados, provavelmente porque os mesmos não atendem aos critérios para serem contabilizados no balanço patrimonial e demais demonstrativos financeiros.

Analisando o relatório da administração das empresas em estudo, identificou-se quais delas evidenciaram informações sobre os ativos intangíveis nesse demonstrativo. Ou seja, os ativos tratados com a nomenclatura “intangível” e referenciados no relatório de administração, complementando as informações apresentadas nas notas explicativas. Observou-se que apenas 20% das empresas evidenciaram informações específicas de seus intangíveis nos relatórios da administração, os demais 80% não identificaram evidenciação específica de intangíveis. Ou seja, entre as dez empresas analisadas, apenas a empresa “A” e a empresa “E” complementaram as informações referentes aos ativos intangíveis no relatório da administração, apresentando com a classificação de intangível.

A empresa “A” evidenciou no relatório da administração que os seus ativos intangíveis são valorizados pela entidade, pois representam fatores essenciais às empresas para criação de valor e diferencial competitivo e discriminou a separação que a entidade realiza para o controle dos mesmos, pois esses intangíveis têm valor fundamental para o valor de mercado da companhia. Também destacou o recebimento de prêmios no âmbito dos intangíveis e outros intangíveis que não são passíveis de contabilização. A empresa “E” destacou na evidenciação de ativos intangíveis no relatório da administração o expressivo valor de mercado da companhia que é representado em decorrência da grandeza dos ativos intangíveis da entidade.

Destaca-se a importância da marca da entidade entre outros elementos intangíveis não passíveis de contabilização.

Foram identificadas referências implícitas sobre intangíveis nos relatórios da administração, esses dados estão apresentados nas seções que tratam de cada ativo intangível, de acordo com a classificação proposta por Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010). A pesquisa realizada possibilitou identificar alguns dos intangíveis propostos pelos autores pesquisados, que não foram evidenciados nas demonstrações estudadas, bem como elementos intangíveis evidenciados nas demonstrações e que não foram mencionados pelos autores pesquisados.

Em relação ao primeiro enfoque (identificar que alguns dos intangíveis propostos pelos autores pesquisados, que não foram evidenciados nas demonstrações estudadas), observou-se que os “Gastos de implantação e pré-operacional” e os “Direitos autorais” não foram evidenciados por nenhuma das empresas objeto de estudo.

Considerando que os “Gastos de implantação e pré-operacional” surgem normalmente no processo de constituição da entidade, esse item pode não estar presente em nenhuma das empresas em estudo, pelo motivo de que as empresas em análise são empresas consolidadas no mercado e que atuam há muitos anos, não representando mais os reflexos do processo de constituição. Considerando

os “Gastos de implantação e pré-operacional” como provenientes de novos empreendimentos em uma entidade existente, entende-se que as empresas em estudo não possuem esse tipo de empreendimento ou não evidenciaram esses fatos nos demonstrativos financeiros. Com relação a não evidênciação do item “Direitos autorais”, este pode não ter sido identificado em nenhuma das empresas, pelo motivo do ramo de atividade delas não favorecerem a presença desse intangível em suas atividades.

Em relação ao segundo enfoque (elementos intangíveis evidenciados nas demonstrações e que não foram mencionados pelos autores pesquisados), observou-se na análise realizada nos demonstrativos que foram identificados outros intangíveis além dos propostos pelos autores citados. Como exemplo desse caso, pode-se citar o intangível “Carteira de clientes”, que foi identificado na empresa “D” em 2007, 2008 e 2009; na empresa “E” em 2008 e 2009; e na empresa “I” em 2008. Algumas empresas apresentam ainda “Outros” ativos intangíveis, com um valor irrelevante e não discriminam a que tipos de intangível os mesmos se referem.

Os demais casos de intangíveis não propostos pelo Quadro 1, com base nos conceitos dos autores supracitados, e referem-se à evidênciação implícita nos relatórios de administração das empresas em estudo, como apresentados no Quadro 5.

Empresa	Evidênciação
A	“Os principais ativos da Companhia – pessoas e conhecimento – receberam atenção especial em 2007”. “A Petrobrás foi destaque no critério “desenvolvimento do capital humano””. “Estas conquistas refletem a valorização que a Companhia vem dando, ao longo dos anos, a seus ativos intangíveis, fatores essenciais às empresas para criação de valor e diferencial competitivo. De acordo com o modelo de capital intelectual, os ativos são classificados como capital humano, organizacional, de relacionamento e de domínio tecnológico”.
B	“Para o Santander, sua equipe de profissionais é o ativo mais valioso e seu diferencial competitivo”.
D	“O Itaú Unibanco reúne uma excelente equipe de profissionais e não medirá esforços na retenção dos talentos, condição fundamental para sustentar o crescimento futuro”.
E	“A Política de Gerenciamento dos Recursos Humanos da Organização Bradesco confere vital importância ao seu capital humano”.
F	“A política de gestão de pessoas na Eletrobras se caracterizou, durante o ano de 2009, por consolidar uma cultura de gestão orientada para resultados, alinhada com o planejamento estratégico corporativo, consubstanciada na implementação de novas estratégias sintonizadas com o Plano de Transformação e demais demandas estratégicas da empresa e de todo o Sistema [...]”.
G	“Recursos Humanos - A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade”.
H	“Base de Clientes - O Banco do Brasil encerrou o ano com uma base de 52,7 milhões de clientes e 35 milhões de contas correntes”. “Pessoas - O BB encerrou o ano com 103.971 funcionários, diante de 88.972 em 2008, dos quais 14.027 são servidores oriundos da incorporação do Banco Nossa Caixa”.
I	“Nós da JBS consideramos que o Capital Humano é nosso maior patrimônio e reconhecemos a importância da competência, do empenho e da dedicação de nossos mais de 55 mil colaboradores para o sucesso da Companhia” “Atualmente, algumas empresas do mercado interno fazem parte da carteira de clientes JBS”.

Quadro 5 - Evidênciação de intangíveis não propostos pelos autores – dados implícitos

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários.

Analisando o Quadro 5, percebe-se que os intangíveis evidenciados implicitamente nos relatórios da administração das empresas apresentadas se referem a “Capital intelectual, englobando pessoas e conhecimento, e “Carteira de clientes”. Como Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) têm como base para formação dos seus conceitos a contabilidade financeira, considera-se que, por esse motivo, o Quadro 1 não contemplou os demais tipos de intangíveis evidenciados no Quadro 5.

4.3 CORRELAÇÃO DO ESTUDO COM OS ELEMENTOS TEÓRICOS

Os conceitos de ativos intangíveis apresentados neste estudo têm por foco a Contabilidade Financeira. Nesse enfoque, busca-se evidenciar os intangíveis apresentados nos demonstrativos financeiros das empresas em estudo de acordo com os propostos pelos autores Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010).

Com a análise realizada nas dez empresas com os maiores capitais sociais, identificou-se que alguns intangíveis tiveram destaque em termos de evidenciação, como por exemplo: “Franquias e licenças”, “Software” e “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”. Esses intangíveis tiveram destaque no balanço patrimonial, nas notas explicativas e nos relatórios da administração das entidades em estudo, uma vez que foram os mais evidenciados e, também, os que mais evoluíram em 2008 e 2009 em relação a 2007. Em relação aos intangíveis evidenciados implicitamente nos relatórios da administração das entidades, teve destaque “Marcas”, sendo este o intangível mais evidenciado nesses relatórios.

A empresa que apresentou uma média de ativos intangíveis, registrada de modo mais relevante, foi a empresa “B”, com R\$ 18.184.335,00 registrados e evidenciados no balanço patrimonial. As empresas que tiveram variações mais positivas na evidenciação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial de acordo com a análise foram a empresa “I”, “B” e “E”. Ao passo que a empresa “C” apresentou o maior percentual de redução do subgrupo intangível no balanço patrimonial nos períodos analisados.

As perspectivas identificadas na análise são relacionadas à melhora gradativa da forma de evidenciação e qualidade dessas informações, uma vez que as empresas se encontram no processo de adequação às novas normas de contabilidade que tratam da classificação, registro e evidenciação desses ativos. Conforme identificado nas análises, a evolução e melhora vêm ocorrendo desde a divulgação da Lei nº 11.638/07, com a reclassificação contábil realizada pelas empresas para os dados de ativos

intangíveis em 2007 e ainda a adequação ao novo tratamento contábil aos ativos intangíveis.

Correlacionando os resultados das análises à pesquisa teórica deste estudo, considera-se que elas permitem compreender, ainda, outros elementos adicionais. Dentre esses, destacam-se que, sendo o ativo o conjunto de bens e direitos de uma empresa, conforme exposto por Marion (2006), as entidades analisadas classificaram e evidenciaram nos agrupamentos do ativo as informações financeiras considerando as leis e normas vigentes no momento de elaboração dessas informações.

Adicionalmente, destaca-se afirmação de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) em concordância com a Lei nº 11.638/07, de que os intangíveis que estavam classificados no imobilizado, investimento ou diferido passam a ser classificados no novo subgrupo do ativo, no intangível. Na análise realizada nos demonstrativos financeiros das empresas, identificou-se que as empresas realizaram a reclassificação proposta e ainda percebe-se que, gradativamente, as empresas estão se adequando às novas normas e passando a registrar novos ativos intangíveis que se enquadram nas regras definidas para a contabilização e evidenciação.

Quanto às regras para o registro dos intangíveis no ativo, Ferreira (2009) destaca que um intangível pode ser registrado desde que seja possível identificá-lo, controlá-lo e que o mesmo seja gerador de benefícios econômicos futuros. Ferreira (2009) afirma que um ativo é intangível quando pode ser destacado do patrimônio da companhia e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado; resulta de direitos contratuais ou legais; ou decorre de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em transação entre partes independentes. Nas análises, as evidências identificadas são de intangíveis que se enquadram nesses parâmetros. Assim, considerando que as empresas pesquisadas estão buscando atender a esse pressuposto, pode-se explicar a sua adequação gradativa ao registro e evidenciação dos seus intangíveis.

Observou-se, também, a falta de uniformidade nas informações evidenciadas pelas empresas em estudo. A empresa “E”, por exemplo, informou em seus demonstrativos nos em 2007 e 2008 que um dos seus intangíveis registrados era “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”, sendo que em 2009 ela não evidenciou essa informação. No caso da empresa “I”, ela informou nos demonstrativos de 2008 que um dos intangíveis registrados era “Carteira de clientes”, mas em 2009 não evidenciou essa informação. Salienta-se que a falta de uniformidade pode gerar confusão para os usuários das informações, isso porque a falta dessas informações pode concluir que as empresas não possuem esses intangíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidenciação dos ativos intangíveis nos demonstrativos financeiros tem grande importância no momento de avaliação do patrimônio das empresas e pode ser considerado um elemento de auxílio na tomada de decisão dos usuários interessados.

Este estudo foi elaborado com uma das suas finalidades de responder ao problema de pesquisa, que consiste em identificar quais elementos do agrupamento ativos intangíveis agregados aos demonstrativos contábeis pela Lei nº 11.638/07 passaram a ser evidenciados pelas dez empresas com maior capital social listadas pela BM&FBOVESPA em 2010, em comparação com elementos evidenciados anterior a essa lei.

A partir da análise dos demonstrativos financeiros das empresas estudadas, bem como ao se considerar os tipos de intangíveis propostos pelos autores Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), chegou-se a alguns resultados, tais como: no subgrupo intangível do balanço patrimonial, observou-se que as empresas “D” e “G” não possuem valores de ativos intangíveis apresentados no balanço patrimonial; que as empresas “C” e “F” apresentaram uma redução do saldo do subgrupo intangível de um ano para outro; que as empresas “A” e “B” apresentaram um aumento no saldo do subgrupo intangível de 2007 para 2008 e uma redução de 2008 para 2009; e que as empresas “E”, “H”, “I” e “J” apresentaram aumento no saldo do subgrupo intangível em todos os períodos analisados. Constatou-se que a empresa “B” foi a que apresentou a média de ativos intangíveis registrados de modo mais relevante, com a média entre os períodos analisados de R\$ 18.184.335,00 em ativos intangíveis registrados e evidenciados no balanço patrimonial. Destacou-se a empresa “I” pela evolução significativa no saldo do subgrupo intangível no balanço patrimonial dos períodos.

Por meio da análise dos demonstrativos (Balanço patrimonial, nota explicativa e relatório de administração), identificou-se que os ativos intangíveis que representaram maior evidenciação após a publicação da Lei nº 11.638/07, foram os intangíveis “Franquias e licenças”, “Software” e “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”, considerando os dados agrupados entre as dez empresas analisadas. Também constatou-se que, em 2007, havia uma menor quantidade de ativos intangíveis evidenciados pelas empresas em comparação com a evidenciação dos anos de 2008 e 2009, e o destaque dessa variação e o maior número de empresas que os evidenciaram estão nos intangíveis “Franquias e Licenças”, “Software” e “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”, em que: os intangíveis “Franquias e Licenças”, em 2007, foram evidenciados por três empresas (“A”, “D” e “F”), e em 2008 e 2009 foram evidenciados por oito empresas (“A”,

“B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “H” e “I”); os “Softwares”, em 2007, foram evidenciados por cinco empresas (“A”, “B”, “D”, “E”, e “F”), em 2008, foram evidenciados por seis empresas (“A”, “B”, “D”, “E”, “F” e “H”) e, em 2009, por sete empresas (“A”, “B”, “D”, “E”, “F”, “H” e “I”); e os “Ágios por expectativa de rentabilidade futura” foram evidenciados, em 2007, por cinco empresas (“B”, “C”, “E”, “I” e “J”) e por seis empresas em 2008 e 2009 (“A”, “B”, “C”, “E”, “I” e “J”, e “A”, “B”, “C”, “G”, “I” e “J”, respectivamente).

Identificou-se que as empresas que possuem a maior variedade de tipos de ativos intangíveis evidenciados nos seus demonstrativos financeiros são “A” e “I”, com seis tipos de intangíveis, cada uma, identificados nos relatórios. Percebeu-se que as empresas em estudo possuem mais intangíveis e que não se encontram evidenciados, provavelmente porque os mesmos não atendem aos critérios para serem contabilizados no balanço patrimonial e demais demonstrativos financeiros.

Quanto aos tipos de intangíveis propostos pelos autores Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) e não identificados nas evidenciações das empresas em estudo, constatou-se que os intangíveis “Gastos de implantação e pré-operacional” e “Direitos autorais” não foram identificados nas evidenciações de nenhuma das empresas analisadas. Quanto aos tipos de intangíveis identificados nas evidenciações das empresas e não propostos pelos autores Schmidt e Santos (2009) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), o intangível “Carteira de clientes” foi identificado com evidenciação específica nas demonstrações financeiras das empresas “D”, “E” e “I”, e os intangíveis “Capital intelectual” e “Carteira de clientes” foram identificados implicitamente nos relatórios da administração das empresas “A”, “B”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H” e “I”; e “A”, “H” e “I”, respectivamente.

No que se refere às análises nos relatórios da administração das empresas em busca dos dados implícitos relativos a intangíveis, identificou-se que o intangível “Marcas” foi o tipo mais evidenciado implicitamente nos demonstrativos financeiros, sendo que foi identificado nas evidenciações das empresas “C”, “D”, “F”, “H” e “I”. O intangível “Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)” foi evidenciado com dados implícitos no relatório da administração das empresas “C”, “E” e “F”. As empresas “A”, “F” e “H”, complementaram suas informações relativas a “Franquias e licenças” nos seus relatórios da administração.

Correlacionando as análises, constatou-se a necessidade de melhor evidenciação por parte das empresas das informações relativas aos intangíveis considerados relevantes para a avaliação do patrimônio e para a tomada de decisão. Com isso, sugere-se melhor evidenciação das informações de intangíveis para o conhecimento dos usuários interessados, principalmente dos dados que foram

identificados implicitamente nos demonstrativos, sendo que esses podem receber um tratamento mais específico das empresas. Isso com exceção das empresas "A" e "E", que foram as empresas que evidenciaram informações de intangíveis mais completas, estando contempladas no balanço patrimonial, notas explicativas e com informações específicas no relatório da administração das referidas companhias.

Considerando o fato identificado nas análises da falta de uniformidade na apresentação das informações nos demonstrativos financeiros das empresas de um ano para

outro, sugere-se que essas empresas adotem um formato mais uniforme de evidenciação das informações financeiras, com o objetivo de facilitar o entendimento dos dados pelos usuários.

Verificou-se, também, que as empresas se adequaram, nos anos de 2008 e 2009, às alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 relativas aos intangíveis, sendo que foram constatadas evoluções na evidenciação desses intangíveis nas empresas em estudo para esses períodos em relação ao ano de 2007, anterior a vigência da referida lei.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. *Capital social das empresas*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/capital-social-das-empresas.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 23 maio 2010.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 4 mar. 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 4 mar. 2009.

CHURCHILL JR., G. A. *Marketing research: methodological foundations*. Chicago: The Dryden Press, 1987.

CUNHA, J. H. C. A Contabilidade e o real valor das empresas: foco no capital intelectual. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/an_resumo.asp?cod_trabalho=558>. Acesso em: 11 ago. 2009.

CUNHA, R. K. C.; SILVA, C. A. T. Análise da facilidade de leitura das demonstrações contábeis das empresas brasileiras: uma investigação do gerenciamento de impressões nas narrativas contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/an_indicearea.asp?letra=b&con=1>. Acesso em: 4 mar. 2010.

FERREIRA, R. J. *Contabilidade avançada e intermediária*: inclui questões comentadas de provas. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. (Org.). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. São Paulo: Atlas, 2008.

KAIO, E. K. et al. Atividades intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./ago./set., 2007.

MARION, J. C. *Contabilidade básica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Reflexões sobre o ativo intangível. *Horizontes da Contabilidade*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 77-83, 2001.

MINAYO, M.C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

PERIN, M.G. et al. A pesquisa survey em artigos de marketing nos ENANPAD'S da década de 90. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2000.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informação financeira à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 9, n. 1. p. 62-75, maio 2010. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reccadm>>. Acesso em: 26 maio 2010.

SÁ, A. L. *Fundo de comércio: avaliação de capital e ativo intangível*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. *Avaliação de ativos intangíveis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. *Fundamentos da avaliação de ativos intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. P. *Análise financeira da empresa*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, M. F. V.; ZOUAIN, D. M. (Org.). *Pesquisa qualitativa em administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Recebido em: 17/03/2011

Aceito em: 06/04/2011